

Reforma agrária e políticas públicas no Pastorinhas: trajetórias de luta de um assentamento fundiário em Brumadinho, Minas Gerais

Igor Teodoro Guimarães¹, Antônio Augusto Oliveira Gonçalves²

Resumo

O presente artigo examina as políticas de reforma agrária e assistência social no Brasil a partir de uma pesquisa de campo realizada no assentamento fundiário Pastorinhas. A origem desse território está relacionada à promessa de implementação de uma política pública de reforma agrária nos anos 1990, fato esse que levou um contingente de trabalhadoras/es rurais a ocuparem uma fazenda na zona rural de Brumadinho/MG. A pesquisa qualitativa buscou compreender como o acesso à terra e aos programas sociais permitiram que as famílias hoje assentadas no Pastorinhas superassem os desafios enfrentados e construíssem uma vida mais digna.

Palavras-chave

Reforma agrária. Políticas públicas. Pastorinhas.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil; graduando em Serviço Social na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Divinópolis, Brasil. E-mail: igorteodoroguimaraes@outlook.com.

² Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Goiás, Brasil; estágio pós-doutoral em Antropologia na mesma instituição; professor da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. E-mail: antonioaugusto.sociais@hotmail.com.

Agrarian reform and public policies in Pastorinhas: struggle trajectories of a land settlement in Brumadinho, State of Minas Gerais, Brazil

Igor Teodoro Guimarães³, Antônio Augusto Oliveira Gonçalves⁴

Abstract

This article examines agrarian reform and social assistance policies in Brazil based on field research carried out in the Pastorinhas land settlement. The origin of this territory is related to the promise of implementing a public policy of agrarian reform in the 1990s, a fact that led a contingent of rural workers to occupy a farm in the rural area of Brumadinho, State of Minas Gerais, Brazil. The qualitative research sought to understand how access to land and social programs allowed families currently settled in Pastorinhas to overcome the challenges they faced and build a more dignified life.

Keywords

Land reform. Public policy. Pastorinhas.

³ Graduated in Social Sciences, State University of Londrina, State of Paraná, Brazil; undergraduate student in Social Work, State University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil. E-mail: igorteodoroguimaraes@outlook.com.

⁴ PhD in Social Anthropology, University of Goiás, State of Goiás, Brazil; post-doctoral internship in Anthropology at the same institution; professor at the State University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil. E-mail: antonioaugusto.sociais@hotmail.com.

Introdução

Localizado na zona rural de Brumadinho/MG, o assentamento Pastorinhas possui inúmeras particularidades. Inicialmente, o detalhe que chama a atenção é o nome. A denominação “Pastorinhas” evoca a presença feminina nessa comunidade de agricultoras/es, que durante anos de muita luta e resistência conquistou o direito à terra por meio do processo de reforma agrária e se estabeleceu enquanto assentamento.

O presente texto tratará de discutir alguns aspectos como as especificidades do território, o processo de luta durante os mais de vinte anos de história dessa comunidade e as políticas públicas em que o grupo se amparou, ou a falta delas, o que deu força às movidas e estratégias utilizadas ao longo do tempo, assim como os marcos na trajetória da assistência social que atravessaram a existência do grupo.

Composto por trabalhadoras/es rurais –em sua maioria migrantes de diversas regiões de Minas Gerais e do Brasil – que buscavam melhores e mais dignas condições de vida, controle sobre as próprias produções e autonomia, o Pastorinhas é um exemplo de luta e resistência campesina que, apesar de muito sofrimento, conseguiu êxito. As famílias começaram a se organizar durante a segunda metade da década de 1990 com o suporte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibitaré/MG, responsável pela cobertura das/os camponesas/es da região à época. Anos depois, iniciaram o processo de acampamento com adesão de aproximadamente 150 famílias, número que diminuiu drasticamente e, hoje, a marca é de um pouco mais de 20 famílias, muito pela precariedade, burocratização e marginalização que acompanham todo o processo.

Caminhos da pesquisa

Em meados de 2021, foi realizada uma pesquisa de campo no assentamento Pastorinhas via consultoria à ONG de agroecologia Epicentro Urihi, no projeto intitulado ‘Agrofloresta e Resgate à Cultura do Pastorinhas’. Via entrevistas semiestruturadas e imersão no campo, houve um resgate qualitativo histórico e sociopolítico do território, partindo dos relatos das/os moradoras/es do Pastorinhas.

Tratava-se, então, de realizar uma reconstrução do processo de luta, organização e consolidação do grupo ali presente, desde sua gênese até o momento em que completou 20 anos de ocupação do espaço em 2021. A partir das memórias compartilhadas pela população que vive no assentamento, foram agendadas e realizadas as entrevistas, cada uma em um

espaço diferente dentro do assentamento, sendo a grande maioria delas gravadas nas residências das respectivas famílias.

Após o período das entrevistas, o material coletado foi analisado e, a partir dessa investigação, houve a confecção de dois produtos para serem mantidos na comunidade, seja para fins de registro, tornar públicas as existências ali presentes ou para contar histórias.

O primeiro, que trata textualmente da reconstrução sócio-histórica do Pastorinhas, foi concretizado a partir das entrevistas realizadas e feito em sua íntegra a partir das vozes ecoadas das/dos assentadas/os. A partir de então, foi produzida uma cartilha, distribuída no território para ficar em posse das famílias que integram o assentamento, como registro escrito das trajetórias delas. O produto trata cronologicamente dos relatos que contam as dificuldades vividas pelo grupo, as demandas e as conquistas, além de percepções do presente e do futuro do Pastorinhas.

O segundo produto, uma breve obra filmica, além de convir como uma prestação à comunidade dos trabalhos realizados pela Epicentro Urihi, faz um apanhado de algumas das imagens captadas no processo de resgate à cultura local e a trajetória histórica deles.

Tais produtos dão subsídios para a escrita deste texto e é por meio das memórias e relatos registrados por meio dessa consultoria no Pastorinhas em 2021-2022 que pretendemos desenvolver certas interlocuções teórico-empíricas a partir do campo das políticas públicas.

Reforma agrária, políticas públicas e o contexto brasileiro

A formulação e o desenvolvimento das políticas de reforma agrária e de assistência social do Brasil, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, são marcos importantes no desenvolvimento do país em direção à igualdade e à justiça social. Dá-se maior ênfase às políticas sociais do período entre 1995 e 2010, quando os presidentes do Brasil eram Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), pelo fato de esse recorte temporal dar conta da gênese até a consolidação do Pastorinhas como assentamento.

No primeiro mandato de FHC (1995-1998) ocorreu uma promessa de assentamento para as famílias acampadas com a finalidade de acabar com os conflitos gerados pelas lutas em prol da reforma agrária. Como a estrutura fundiária brasileira seguiu praticamente intacta, tais conflitos seguiram e as demandas das famílias sem-terra não apenas persistiram, como aumentaram. O segundo mandato (1999-2002) foi marcado por uma ‘reforma agrária de mercado’:

A denominada reforma agrária de mercado foi uma política de governo, a qual contou com o apoio financeiro do Banco Mundial. Com essa política desenvolveram-se projetos nos quais a ênfase estava na integração dos pequenos trabalhadores rurais na aquisição de terras via mercado, como, por exemplo: o “Programa Cédula da Terra”, o “Programa Novo Mundo Rural” e o “Programa de Acesso Direto à Terra”. Nessa conjuntura, criou-se também o “Banco da Terra” através da Lei Complementar nº 93, de 1998 (Coelho, 2016, p. 183-184).

O Banco da Terra buscava financiar imóveis rurais para trabalhadores do campo que comprovassem cinco anos de experiência no ramo. Os movimentos sociais camponeses entenderam a criação desse banco como a “transformação da reforma agrária num ‘grande negócio’” (Coelho, 2016, p. 184), pois os grandes proprietários de terras que as quisessem vender lucrariam com essas iniciativas e dívidas de décadas seriam geradas às famílias de pequenos produtores rurais.

O Programa de Acesso Direto à Terra é o mais emblemático da era FHC. No final de 2000, também chamado de reforma agrária pelos Correios ou “Porteiras abertas”, o Programa de Acesso Direto à Terra acontecia por intermédio do preenchimento de um formulário que era enviado via Correios, que como devolutiva do cadastro, de acordo com a promessa governamental, em quatro meses os trabalhadores sem-terra receberiam seus títulos de posse, numa tentativa de desmobilizar os movimentos sociais e diminuir os conflitos agrários. Com o não cumprimento do que fora prometido, os conflitos se mantiveram e os grupos se organizaram cada vez mais.

No início do governo Lula (2003-2006), em seu primeiro mandato, eram enormes as expectativas em relação à realização da reforma agrária, especialmente por parte dos movimentos sociais e sindicais do campo. Porém, ainda no primeiro ano de governo, a promessa de reforma agrária deu lugar a uma abordagem mais moderada e pragmática. O governo enfrentou pressões para implementar um novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Proposta original, que pretendia assentar um milhão de famílias, foi rejeitada pelo governo em favor de metas mais modestas. A abordagem pragmática do governo Lula em relação à reforma agrária, que não liberou recursos suficientes para atender as necessidades das famílias sem-terra, gerou desconfiança e decepção entre os movimentos sociais no campo, principalmente pelo não cumprimento das metas de reforma agrária estabelecidas no II PNRA (Peixoto, 2017).

Deu-se a entender que a orientação neoliberal de FHC foi mantida por Lula, com avanços pontuais e paliativos para a reforma agrária e vantagens para o agronegócio, além de

reações às pressões dos movimentos sociais, principalmente durante ocupações de terra (Peixoto, 2017). O segundo mandato (2007-2010) obteve maior sucesso na política econômica, no aumento da renda média do trabalhador brasileiro, maior acesso ao consumo e a bens e serviços, erradicação da extrema pobreza e um crescimento exponencial da indústria. Marcas positivas do governo Lula, que ainda assim manteve em papel secundário a reforma agrária (Peixoto, 2017).

O assentamento Pastorinhas

Para compreender a trajetória do assentamento Pastorinhas, é preciso recorrer ao contexto histórico pregresso à ocupação do território em Brumadinho/MG. A política de reforma agrária à época é chave para tal entendimento.

Conforme dito anteriormente, o governo de Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995-1998, implementou o Programa de Acesso Direto à Terra, popularmente chamado de reforma agrária pelos Correios e/ou de “Porteiras abertas”. O programa foi considerado um fracasso, pois não deu conta da demanda gerada. Os servidores dos Correios não eram capacitados para tal volume de trabalho, o que foi até premeditado, na tentativa de esvaziar os movimentos sociais e sua efervescência, além de retirar a responsabilidade estatal sobre a reforma agrária (Coelho, 2016). Quem não se organizou para buscar soluções via ação direta e concreta, muito provavelmente está aguardando o retorno do Programa de Acesso Direto à Terra até hoje.

O Programa de Acesso Direto à Terra, chamado pelas/os assentadas/os de “Porteiras abertas” foi crucial para a história contada pelo grupo. A principal entidade de representação das/os trabalhadoras/es rurais da região era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirité. Como muitas/os sem-terra e trabalhadoras/es da agricultura à época tinham dificuldade em preencher os formulários, o sindicato realizou mutirões de auxílio nesses preenchimentos entre os anos de 1999 e 2000, chegando a cadastrar 700 agricultoras/es da região. O programa do Governo Federal não cumpriu com as propostas e nenhuma dessas famílias foi contemplada, com algumas delas recebendo apenas uma carta comunicando a feitura de seus cadastros com a assinatura do ministro responsável pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Contudo, o esforço do sindicato não foi em vão ao mapear e organizar as famílias. Pode-se atestar esse evento como a gênese da organização e da luta. A Federação

dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais⁵ (FETAEMG) forneceu orientação e estabeleceu contato com o grupo (Silva, 2008). Isso acarretou uma série de reuniões, com colaboração e esforço coletivo no planejamento de ações mais efetivas na conquista da terra.

Já em 2001, o sindicato, juntamente com alguns dos integrantes do grupo que estava se formando, visitou várias fazendas da região que estavam listadas no banco de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como possíveis áreas a serem ocupadas. Como data carregada de simbologia, no Dia do Trabalhador Rural, 25 de julho de 2001, um grupo de aproximadamente 150 famílias – cabe lembrar que é bem menor do que o de 700 que inicialmente preencheram os formulários do Programa de Acesso Direto à Terra – ocupou a fazenda vizinha ao terreno de seu interesse em Brumadinho. Mais de 100 dessas famílias já possuíam seus cadastros no programa do Governo Federal que não os assentou conforme prometido. O grupo não tinha muita experiência em ações diretas na luta por reforma agrária, mas já chegaram instalando suas barracas de lona, contando com o auxílio da FETAEMG, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de alguns integrantes do assentamento Dom Oriane, ocupação presente em Betim desde 1997 (Silva, 2008).

Pouco tempo depois desse evento, enquanto as famílias ainda se organizavam no território, a polícia militar interveio após denúncias do proprietário do terreno. As famílias foram realocadas em um terreno no distrito do Tejuco, também localizado no município de Brumadinho. No entanto, esse novo local situava-se ao lado de uma área tomada pela mineração, o que aumentava as preocupações e ameaças à segurança das famílias acampadas (Silva, 2008). O acampamento foi então nomeado como Almerindo Carlos da Silva, um agricultor assassinado durante uma vistoria conjunta com o INCRA em Paracatu/MG.

As tratativas com o INCRA seguiam morosas e então o grupo decidiu retornar ao terreno que foi ocupado da primeira vez, em 2001, ao lado da Fazenda Pau D'óleo, onde atualmente se situa o então chamado Projeto de Assentamento Pastorinhas.

A gênese da organização do Pastorinhas se encontra em meados da segunda metade da década de 1990, porém o marco da ocupação se deu em 2001 e a consolidação como projeto de assentamento em 2006 (Porto, 2016). E, claro, a história da comunidade continuou a ser escrita ao longo dos anos.

⁵ A FETAEMG é uma organização representativa dos trabalhadores rurais de Minas Gerais. Ela atua desde 1968 em prol dos interesses e direitos desses trabalhadores, fornecendo orientação, apoio e representação em questões relacionadas à agricultura, reforma agrária e bem-estar das comunidades rurais no estado.

Se num primeiro momento de organização e ocupação, eram entre 120 e 150 famílias, hoje são um pouco mais de 20 famílias, isso devido à diversas questões. A primeira delas, o território. O Pastorinhas se localiza no Cinturão Verde (Mundim, 2010), sendo um importante produtor de alimentos orgânicos que abastece um gigantesco contingente demográfico da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O assentamento Pastorinhas, para além de ser um marco fundamental no movimento de reforma agrária, desempenha um papel vital na proteção do ecossistema local. Com uma área total de 156,40 hectares, dos quais 14 são dedicados à habitação e atividades agrícolas, os 142 hectares restantes são reservados à preservação da Mata Atlântica, numa zona de transição entre esse bioma e o Cerrado. A fauna e a flora da região desfrutam da proteção legal conferida pelos residentes, que desempenham um papel essencial na conservação desse precioso tesouro natural, tanto em termos de sua importância ecológica, quanto de sua beleza singular (Mundim, 2010). Todavia, os 14 hectares para moradia e produção agrícola não configuram um grande espaço e esse é um dos fatores da dissolução do grupo ao número presente.

A região enfrenta uma exploração desenfreada do solo e das/os trabalhadoras/es devido à indústria de mineração. Um exemplo marcante dessa exploração latente na região foi o rompimento da barragem Córrego do Feijão, que deságua no rio Paraopeba, em 25 de janeiro de 2019, causando um crime ambiental sem precedentes, resultando não apenas na degradação do ecossistema, mas na perda de vidas humanas e na mudança drástica da dinâmica socioeconômica, produtiva, relacional e de vida em Brumadinho. A responsabilidade por esse crime recai sobre a Vale, uma empresa de mineração de grande destaque na região, que explora vastos recursos minerais em meio as encostas montanhosas. Cabe mencionar palavras de autores que enxergam o ocorrido como crime, como é a posição de Milanez (2019, p. 225):

Os maiores crimes ambientais da história do Brasil aconteceram nos últimos anos: o rompimento das barragens da Vale em Minas e a devastação acelerada da Amazônia. Rios e florestas transformados em zonas de sacrifício, plasmados por lamas e exterminados por ferro e fogo, num modo de acelerar e sustentar o extrativismo [...] procuro expor pelo paradigma da ecologia política a relação entre três tragédias socioecológicas provocadas pela grande mineração: isto é, tendo por foco as relações assimétricas de poder nas interações com a natureza e os efeitos desiguais do extrativismo na paisagem e na sociedade. Estas informações foram baseadas em diferentes trabalhos de campo no Pará e em Minas Gerais em busca de escutar percepções anti-hegemônicas de defensores ambientais e lideranças indígenas.

Felipe Milanez, por meio da perspectiva da ecologia política, elenca caminhos interessantes e úteis para o presente artigo. Primeiro, por seu posicionamento estar direcionado ao entendimento de que o rompimento da barragem de Brumadinho foi criminoso, fruto do extrativismo predatório e das concessões dentro do regime capitalista. Segundo porque os escritos dele estão ancorados nas narrativas das populações marginalizadas e atingidas pelo crime ambiental.

Portanto, o Pastorzinho assume um papel ambiental crucial, uma vez que não apenas serve como área de produção alimentícia, mas como guardião da mata nativa e do ecossistema que ainda vive na região, em meio a um contexto de devastação e degradação nas proximidades. Assim, o assentamento possui valor ecológico inestimável.

As dificuldades enfrentadas no processo resultaram também em evasão de muitas famílias. Viver em lonas à mercê do clima, sofrendo preconceito pela condição de sem-terra em espaços de sociabilidade no município, em constante alerta e com receio de sofrer represálias, seja dos órgãos da segurança pública, seja por camadas da sociedade civil que vão à contramão da luta pela reforma agrária, é desgastante para as famílias.

Por consequência de uma série de desafios enfrentados, especialmente relacionados à carência de saneamento, água, eletricidade e condições de sobrevivência, muitas famílias optaram por abandonar o acampamento (Mundim, 2010). Algumas delas foram atraídas por oportunidades de empregos em outras fazendas.

Apesar dessas e de outras diversas dificuldades, avanços significativos também ocorreram na trajetória da comunidade. Por parte do poder público, a criação da vara de conflitos agrários no estado de Minas Gerais, proporcionou o apoio legal e reduziu a violência e os abusos enfrentados pela população sem-terra e pelos pequenos agricultores.

Em 2005, o território foi oficialmente estabelecido como assentamento, garantindo que cada família beneficiária pudesse construir uma casa e ter acesso a um espaço para atividades agrícolas. Em 2006, receberam em mãos os títulos de concessão e uso da terra (Porto, 2016). Títulos esses que precisam ser renovados periodicamente.

Em 2009, puderam construir suas casas de alvenaria, alguns anos depois, a eletricidade chegou ao assentamento junto a outras melhorias, e assim, após anos de luta, as vidas foram se estabelecendo mais e mais naquele território. Algumas casas permaneceram com a estrutura inicial, outras receberam reformas e acabamentos, hoje estão mais bem equipadas. O que significa que algumas famílias conseguiram melhores condições de sustento por meio de

suas produções agrícolas. A vivência comunitária deu lugar a uma maior autonomia para cada família.

De acordo com Silva (2008), grande parte da população do Pastorinhas é oriunda da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em grande parte do distrito de Bom Jardim, município de Mário Campos/MG, assim como do Vale do Rio Doce e outras regiões do estado, onde eram meeiros e trabalhavam para fazendeiros locais. Bárbara Porto (2016), em sua dissertação de mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), visitou o assentamento e levantou informações importantes sobre o Pastorinhas e a dinâmica do assentamento, o que possibilitou trazer as seguintes considerações para melhor visualizar o território:

O assentamento é marcado por grande diversidade cultural, visto que se constitui de uma comunidade de 20 famílias, vindas de 12 municípios e de quatro estados diferentes. Em seu contexto social, as mulheres do assentamento possuem grande importância, liderando os trabalhos coletivos e tomando a frente nas lutas do assentamento, papel esse que justifica o nome do local [...]. Para uso comum, existe um galpão, onde acontecem as reuniões da comunidade e também onde se encontra uma unidade de atendimento à saúde, sendo as visitas médicas realizadas quinzenalmente. [...] Existem lideranças no local que, em geral, tomam frente na solução dos problemas identificados na comunidade. São pessoas com nível de escolaridade mais elevado que as demais e que têm conhecimento suficiente para articular contatos e, assim, contribuir com o avanço da comunidade (Porto, 2016, p. 42-43).

As mulheres sempre desenvolveram um papel importante na comunidade, por tomarem frente na luta, por dividirem a lavoura com os homens, por cuidarem da cozinha comunitária e se responsabilizarem pelo cuidado com as crianças e com as ervas medicinais para tratar enfermidades. Além disso, a primeira liderança a surgir no assentamento, quando ainda era acampamento era feminina, de nome Valéria Antônia Silva Carneiro, importante liderança que esteve presente desde as movimentações embrionárias organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibrité. Ela se destacou desde o primeiro dia de acampamento ao subir em um cupim e organizar as famílias que lá se instalaram Mulher aguerrida que lutou e estudou durante o processo para compreender os pormenores da legislação, da produção agrária, que se politizou e ainda hoje é uma das maiores referências do território (Porto, 2016).

Outro fator interessante é que, apesar de cada família ter ocupado seu espaço, ainda existem os momentos e lugares destinados às atividades coletivas. E o serviço de saúde na

atenção primária chega periodicamente ao assentamento, fato elencado por Porto (2016) e relatado por muitas/os entrevistadas/os.

É possível abordar diversos outros temas e relatos para ilustrar a trajetória do assentamento Pastorinhas. A cada ida ao território, uma nova experiência, uma nova história.

Relações entre o assentamento e as instituições governamentais

Utilizando os relatos das/os assentadas/os como parâmetro, em algumas falas é possível captar interações com instituições governamentais. O grupo começou a se organizar a partir da possibilidade frustrada de reforma agrária via Programa de Acesso Direto à Terra. O INCRA aparece várias vezes na trajetória do assentamento Pastorinhas, assim como as iniciativas relacionadas à reforma agrária, como, por exemplo, na escolha da terra a ser ocupada, na consolidação do território como assentamento e na aquisição de bens e materiais para construir as moradias em alvenaria.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Banco de Alimentos (Brasil, 2003) fazem parte do escoamento da produção da maioria das famílias assentadas.

O acesso às políticas públicas e aos direitos básicos foi elencado de diversas formas. Por exemplo, as crianças e os adolescentes em idade escolar, inicialmente, iam a pé até a estrada do Tejuco, num trajeto de terra acidentada, para depois tomarem o transporte público para a escola da região. Atualmente, um ônibus cedido pelo município passa pelas residências do território para fazer o traslado.

Já a saúde e a assistência social vão até o assentamento para atender os usuários em atendimentos periódicos no espaço comunitário e em domicílio. As famílias acessam o PAA, abastecem o Banco de Alimentos, algumas delas são beneficiárias do Programa Bolsa Família e, por isso, possuem Cadastro Único. As demandas na assistência social e reforma agrária são diversas, como melhorias nas condições para produção, baixar os custos dos insumos e equipamentos necessários, programas que paguem melhor que o PAA, além de projetos de economia solidária e criativa para aumentar a gama produtiva (Mundim, 2010). As diretrizes e os princípios subjacentes a essas duas políticas exibem notáveis semelhanças. Ambos enfatizam a importância da participação da comunidade na elaboração das políticas, a descentralização das ações para aproximar as intervenções políticas das necessidades da população atendida, a hierarquização dos serviços prestados, abrangendo desde os mais básicos até os de alta complexidade e estabelecem a responsabilidade do Estado na condução das políticas nos diversos níveis de governança (Oliveira; Kahhale, 2020).

Essas regulamentações estabelecem um modelo de políticas públicas que serve como guia para os governos locais, rompendo com o assistencialismo e estabelecendo instituições por meio do fortalecimento delas. Conhecer o território, os locais com maiores índices de vulnerabilidade, desempenha um papel fundamental na articulação de serviços socioassistenciais e na identificação das demandas locais para orientar suas práticas, promovendo a proximidade entre profissionais e a realidade da população atendida, o que facilita o estabelecimento de vínculos (Oliveira; Kahhale, 2020).

Tais articulações começam a aparecer a partir da promulgação da Constituição de 1988, no caso da assistência social, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993), a Política Nacional de Assistência Social⁶ (PNAS) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) (Brasil, 2005).

Isso não se dá desde o início do assentamento. Primeiro porque os primeiros relatos remontam à presença de instituições e grupos ligados à igreja católica, como a CPT e a Cáritas. Segundo, se a primeira ocupação é datada em 2001 e a regulamentação da política de assistência social consolida seus serviços e equipamentos em meados de 2005 via NOB/SUAS, há um lapso de tempo em que a cobertura socioassistencial ficou comprometida.

Já a presença da política de reforma agrária, sendo eficaz ou não, atravessou toda a trajetória da comunidade. Haja vista que o estopim da sua organização foi pela falta de eficiência dos programas do governo FHC e por inúmeros acontecimentos que permearam a história do Pastorinhas, seu resultado foi graças à política de reforma agrária e às instituições que a ela estão ligadas.

A história do assentamento Pastorinhas é um reflexo das complexidades e desafios enfrentados pelas comunidades rurais que lutam por reforma agrária no Brasil (Mundim, 2010). A ocupação inicial, em 2001, marcada pela luta e organização das famílias sem-terra da região, foi apenas o primeiro passo de uma longa jornada. O Pastorinhas desempenhou um papel fundamental na preservação do ecossistema local, atuando como guardião da Mata Atlântica e do Cerrado em uma região afetada pela mineração e exploração desenfreada do solo. Apesar das dificuldades enfrentadas, avanços significativos foram alcançados, incluindo o reconhecimento oficial como Projeto de Assentamento e melhorias nas condições de vida das famílias. As mulheres desempenharam um papel crucial na liderança e na luta do assentamento e a comunidade demonstrou sua resiliência e determinação ao longo dos anos.

⁶ A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é um conjunto de diretrizes e ações que visam a garantia do atendimento às necessidades básicas de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. É regulamentada pela Lei n. 8.742/1993, a LOAS, que estabelece os objetivos, os princípios e as diretrizes da assistência social no Brasil.

A interlocução entre as políticas públicas e a reforma agrária se materializa na trajetória do território. A frustração com a falta de efetividade dos programas sociais serviu como catalisador para a organização das famílias no assentamento Pastorinhas.

A escolha por ocupar a Fazenda Pau D'óleo veio a acrescentar ainda mais importância ao grupo, que tem a missão de manter preservada uma rica reserva natural, de fauna e flora importantes para a manutenção do ecossistema local.

Como desafio, a mineração que degrada a região é sempre uma ameaça ao território e à comunidade. Manter-se em comunidade é preciso para somar forças e travar batalhas contra a exploração dos recursos naturais, além de manter as moradias e os espaços produtivos.

Quanto às relações com as instituições governamentais, o INCRA foi um importante equipamento em todo o processo, na disposição da listagem das terras improdutivas, na consolidação do assentamento e até na garantia das construções e das moradias. Tais garantias foram essenciais na consolidação do que o assentamento é hoje. É importante fazer leituras críticas sobre as políticas de reforma agrária, mas elas podem ser úteis e garantir direitos e autonomia à população em situação de vulnerabilidade. A participação em programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Banco de Alimentos, contribuiu para a renda das famílias.

A presença de políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde e assistência social, foi consolidada ao longo dos anos, proporcionando melhorias nas condições de vida dos assentados. Contudo, a assistência social demorou alguns anos para alcançar a comunidade, haja vista que nos primeiros anos, instituições assistencialistas e ligadas à igreja católica atendiam as demandas do grupo. Enquanto isso, as políticas públicas estavam sendo discutidas, construídas, mas apresentavam uma lacuna. As famílias viviam sem acesso ao saneamento básico, água e luz, além de viverem sob o abrigo de lonas, sujeitos às mudanças de estação ao longo do ano. Por meio da assistência social, as esferas governamentais não atendiam essa comunidade, assim como diversas outras. Só de se imaginar tal cenário, é preocupante.

A assistência social ainda enfrenta desafios, tais como a necessidade de melhorar a sua eficácia na identificação e apoio às famílias vulneráveis. Políticas públicas como a reforma agrária e a assistência social desempenham um papel importante na salvaguarda dos direitos e da dignidade dos agricultores brasileiros. A reforma agrária forneceria uma base produtiva para os agricultores cultivarem as próprias terras, redistribuindo terras de grandes propriedades para famílias sem-terra, permitindo-lhes produzir e comungar nesses espaços, aplicando a função social da terra. Além disso, essa política também pode incluir

infraestruturas como eletricidade, água potável e estradas rurais para melhorar as condições de vida das famílias rurais (Nascimento, 2022).

Em adição, o protagonismo feminino na trajetória do Pastorinhas é algo importante a ser lembrado. Tanto nas lutas, quanto nas atividades cotidianas, a presença das mulheres demonstra força e determinação. Contudo, apesar dessa 'igualdade de gênero' na divisão das responsabilidades políticas,

na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca, assim como o uso de maquinário agrícola mais sofisticado. Já a mulher executa tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, como o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim (Mundim, 2010, p. 43-44).

Fernanda Mundim (2010) fez uma incursão no assentamento Pastorinhas em seu mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, trazendo ricas contribuições acerca do protagonismo feminino e das opressões de gênero na comunidade. A participação em um movimento de luta por terra possui um potencial de transformação, em que o movimento social pode contribuir enquanto espaço inovador para reconfigurar as relações de poder, apesar da opressão existente nos papéis preestabelecidos no ambiente particular, familiar. Os movimentos sociais oferecem oportunidades para criar e recriar formas de reivindicação e estabelecer novas relações com o poder institucional e reações possíveis contra a submissão, mas não estão isentos de reproduzir desigualdades de gênero (Mundim, 2010). Sendo assim, a participação ativa dessas mulheres em atividades produtivas e de luta apresenta-se como um caminho para desencadear transformações significativas em sua percepção e posição na sociedade.

A história do Assentamento Pastorinhas serve como um exemplo valioso das dinâmicas complexas envolvidas na busca pela reforma agrária no Brasil e destaca a necessidade contínua de apoio e interlocução entre a sociedade civil, as instituições governamentais e os movimentos sociais para garantir a efetiva implementação de políticas públicas e a melhoria das condições de vida nas áreas rurais.

A relação entre a questão agrária e a questão social no Brasil é complexa e profundamente interligada. Ela está enraizada na concentração de terras, na desigualdade social e na exploração dos trabalhadores rurais. A propriedade da terra como meio de

acumulação de capital contribui para a exclusão dos camponeses, enquanto a modernização conservadora do agronegócio intensifica a concentração de terras e aumenta as desigualdades sociais. Políticas públicas focalizadas, muitas vezes, perpetuam a concentração de terras, dificultando o acesso equitativo a terra e prejudicando a segurança alimentar e os direitos dos trabalhadores rurais (Nascimento, 2022).

O desafio da reforma agrária no Brasil é agravado por diversos obstáculos, como a resistência política de setores conservadores, os interesses econômicos ligados ao agronegócio e a falta de infraestrutura básica nas áreas de redistribuição de terras. Conflitos e violência no campo também criam um ambiente hostil que impede o progresso da reforma agrária (Nascimento, 2022).

O fortalecimento da agricultura familiar é outra prioridade, com políticas de apoio como crédito agrícola e assistência técnica ajudando os agricultores a aumentarem a produtividade e os rendimentos. Isso ajuda a preservar a dignidade deles e sustentabilidade econômica. Além disso, a produção local de alimentos desempenha um papel vital na segurança alimentar, garantindo que as famílias do campo tenham acesso a alimentos saudáveis.

O reforço das organizações rurais, como os sindicatos e as cooperativas, dará aos agricultores uma palavra ativa nas decisões que afetam as suas vidas e meios de subsistência, ajudando a proteger os direitos deles. Além disso, as políticas que incentivam práticas agrícolas sustentáveis, como a agroecologia, não só protegem o ambiente, mas preservam a dignidade dos agricultores, proporcionando práticas agrícolas mais saudáveis e eficientes.

Considerações finais

Limitar ou extinguir o poder do capital sobre a terra é essencial para a democracia e a igualdade econômica no campo, mas a predominância da norma mercantil continua a ser um obstáculo para a reforma agrária no Brasil, além de tornar a assistência social necessária (Delgado, 2014).

É indispensável salientar que o caminho se dá via luta e processo coletivo para transformação social e conquista de dignidade para todas, todos e todes, igualmente. No campo da reforma agrária, existem movimentos que servem como exemplo para tais anseios. Na América Latina, é possível mapear importantes movimentos de luta, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, e o Movimento Zapatista, Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que possuem estratégias distintas de ação e

conquistaram diferentes avanços em suas trajetórias, mas ambos os movimentos desempenham papéis significativos nas sociedades em que se encontram presentes, gerando mudanças necessárias e dando espaço e dignidade à população campesina marginalizada, além de formação política revolucionária (Simonetti, 2012).

Por fim, Antônio Bispo dos Santos (2015), enquanto liderança quilombola, traz uma visão supra-acadêmica e contra-colonial importante para se pensar a realidade da reforma agrária no contexto da luta pela terra do Pastorinhas. Bispo define a colonização como processo etnocêntrico que vai desde invasão e expropriação até a substituição de uma cultura por outra, independentemente do território. Em contraste, a contra-colonização refere-se à resistência e luta dos povos contra-colonizadores em defesa de seus territórios, símbolos e modos de vida. Ele trata africanos, afro-brasileiros, comunidades tradicionais e os povos originários como contra-colonizadores e europeus e a sociedade envolvente nacional como colonizadores, independente de sua posição social. Nêgo Bispo percorre temas chave em seu pensamento, incluindo o modelo católico de colonização, a escravidão, a ideologia da mestiçagem e os modelos de desenvolvimento econômico.

A análise das reflexões de Nêgo Bispo sobre colonização, contra-colonização e a vida das comunidades tradicionais levanta questionamentos significativos acerca da eficácia das atuais políticas públicas, especialmente no que diz respeito à segmentação e falta de diálogo entre diferentes áreas, como, por exemplo, a separação e os divergentes caminhos da burocracia nas políticas de reforma agrária e na garantia de serviços básicos pelo Estado (energia, saneamento, educação, dentre outras). A abordagem setorial das políticas, muitas vezes, resulta em lacunas que não atendem integralmente às complexas demandas das comunidades quilombolas, indígenas, tradicionais e sem-terra.

A crítica à divisão segmentar das políticas públicas pode ser estendida à própria estrutura do Estado, que reproduz padrões coloniais e não reconhece plenamente a diversidade de saberes e práticas das comunidades. A ideia de um Estado ou de uma nova formatação social que opera de maneira mais articulada e abrangente, integrando diferentes setores para responder às demandas do campo, emerge como uma alternativa necessária. Isso implicaria na criação de políticas públicas que transcendam as barreiras departamentais e considerem as interconexões entre diferentes aspectos da vida dessas comunidades.

Ao refletir sobre novas formas de Estado, ou mesmo na possibilidade de experimentar modelos de vida sem Estado, abre-se espaço para explorar estruturas mais flexíveis e descentralizadas que possam respeitar e valorizar os saberes orgânicos das comunidades. Uma abordagem mais holística e participativa poderia fortalecer a autodeterminação dessas

comunidades, permitindo-lhes ter um papel mais ativo na formulação e implementação de políticas que afetam diretamente suas vidas.

A questão da contra-colonização do campo também sugere a necessidade de desvencilhar-nos das estruturas parcelares do Estado que perpetuam relações de dominação. A promoção de saberes orgânicos e a ligação das estradas parcelares do Estado podem significar, reconhecer e incorporar as práticas tradicionais, as cosmologias e as formas de organização social das comunidades no desenho e implementação de políticas. Isso implica em uma reconfiguração profunda das relações Estado-comunidade, onde o Estado precisa ser revisto enquanto um agente externo impositivo e, talvez, num futuro possível, passe a ocupar o lugar de mediador que respeita e apoia a autonomia e a diversidade das comunidades.

Em última análise, repensar as políticas públicas em consonância com as reflexões de Nêgo Bispo abre portas para a construção de um paradigma mais inclusivo e igualitário, no qual as comunidades tradicionais teriam voz ativa e participariam na construção do próprio destino.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 4.608, de 26 de fevereiro de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4608.htm. Acesso em: 8 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2005**. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistenciasocial/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2023.

COELHO, F. Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões e número de famílias assentadas e áreas obtidas. **Diálogos**, Maringá, v. 20, n. 2, p. 179-192, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/34575>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DELGADO, G. Questão agrária hoje. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 27-40, 2014. Disponível em:

https://www.ippri.unesp.br/Modulos/Noticias/247/revista_abra_35_vol1-e-2.pdf#page=23. Acesso em: 29 out. 2023.

MILANEZ, F. Brumadinho, Mariana, Carajás: uma ecologia política das tragédias do extrativismo. *In*: CASTRO, E.; CARMO, E. (org.). **Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho**. Belém: NAEA, 2019. p. 225-231.

MUNDIM, F. L. C. **(Im)possibilidades da economia popular solidária no processo de emancipação da mulher**: um estudo de caso no assentamento rural Pastorinhas. 2010. 94 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3528_en.html. Acesso em: 6 jan. 2024.

NASCIMENTO, T. A. **A reforma agrária popular na pesquisa e produção do conhecimento do Serviço Social**. 2022. 192 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/17543>. Acesso em: 19 abr. 2023.

OLIVEIRA, P. A.; KAHHALE, E. M. S. P. Uma história do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a participação do psicólogo e possibilidades de atuação. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 20, n. 47, p. 119-131, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 nov. 2023.

PEIXOTO, S. E. A. A. **A reforma agrária no Brasil**: uma leitura das décadas de 1990 e 2000. 2017. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23528>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PORTO, B. B. **Práticas em saneamento rural**: um estudo no contexto da agricultura familiar. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AVRKQF>. Acesso em: 8 dez. 2023.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: INCT, 2015.

SILVA, C. E. M. A dinâmica dos projetos de assentamento da reforma agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., Caxambu, 2008. **Anais [...]**. Caxambu: ABEP, 2008. Disponível em: http://www.rmbh.org.br/arquivos_biblioteca/PDDI_240.pdf. Acesso em: 8 dez. 2023.

SIMONETTI, M. C. L. A geografia dos movimentos sociais em tempos de globalização: o MST e o Zapatismo. **NERA**, Presidente Prudente, n. 11, p. 122-130, 2012. DOI 10.47946/rnera.v0i11.1412. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1412>. Acesso em: 7 nov. 2023.

Submetido em 10 de abril de 2024.

Aprovado em 1º de julho de 2024.